

VENTOS FORTES GERADORA EÓLICA S.A.

Relatório do auditor independente

Demonstrações contábeis individuais e
consolidadas

Em 31 de dezembro de 2023

VENTOS FORTES GERADORA EÓLICA S.A.

Demonstrações contábeis individuais e consolidadas
Em 31 de dezembro de 2023

Conteúdo

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Balancos patrimoniais individuais e consolidados

Demonstrações do resultado individuais e consolidadas

Demonstrações do resultado abrangente individuais e consolidadas

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido individuais e consolidadas

Demonstrações dos fluxos de caixa individuais e consolidadas

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos
Acionistas e Diretores da
Ventos Fortes Geradora Eólica S.A.
Pedra Grande - RN

Opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Examinamos as demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Ventos Fortes Geradora Eólica S.A. ("Companhia"), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Ventos Fortes Geradora Eólica S.A. em 31 de dezembro de 2023, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação ao Ventos Fortes Geradora Eólica S.A., de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da Administração pelas demonstrações contábeis individuais e consolidadas

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração;
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional;
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada;
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 29 de fevereiro de 2024.

VENTOS FORTES GERADORA EÓLICAS.A.
CNPJ: 12.985.237/00001-58
Balancos patrimoniais individuais e consolidados
Dos exercicios findos em 31 de dezembro 2023 e 2022
(em milhares de Reais)

Ativo	Nota Explicativa	Controladora		Consolidado		Passivo	Nota Explicativa	Controladora		Consolidado	
		2023	2022	2023	2022			2023	2022	2023	2022
Circulante						Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	4	3	2	987	715	Fornecedores	9	608	16	2.505	1.415
Aplicações financeiras	4	241	10	59.730	46.196	Financiamentos	10	-	-	29.636	28.219
Contas a receber	5 e 11	1.210	-	12.153	10.932	Obrigações tributárias		-	-	1.405	1.327
Estoques		-	-	79	74	Dividendo a pagar	11	4.618	4.113	4.618	4.113
Impostos a recuperar		-	-	147	141	Partes relacionadas	11	-	-	-	-
Dividendo a receber	11	3.517	1.267	-	-	Arrendamentos a pagar	8	-	-	832	1.212
Despesas antecipadas		-	-	919	298	Contas a pagar		-	-	73	519
Outras Contas a Receber		-	-	10	-			5.226	4.129	39.067	36.805
		4.971	1.279	74.025	58.356	Não circulante					
Não Circulante						Financiamentos	10	-	-	251.533	272.346
Depósitos Judiciais		-	-	93	93	Partes relacionadas	11	42.934	44.394	42.934	44.934
Partes relacionadas	11	28.112	33.882	-	-	Provisão para desmobilização	8	-	-	3.212	2.898
Investimentos	6	327.812	314.982	-	-	Arrendamentos a pagar		-	-	22.428	21.571
Imobilizado	7	-	-	597.792	621.185	Contas a pagar	8	-	-	-	-
Intangível		-	-	-	-			42.934	44.934	320.106	341.749
		355.925	348.864	597.885	621.278	Patrimônio líquido	13				
						Capital social		288.383	288.383	288.383	288.383
						Reservas de lucros		24.353	12.697	24.353	12.697
								312.736	301.080	312.736	301.080
Total do Ativo		360.896	350.143	671.909	679.634	Total do passivo e patrimônio líquido		360.896	350.143	671.909	679.634

As notas explicativas da Administração são partes integrantes das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

VENTOS FORTES GERADORA EÓLICAS.A.
CNPJ: 12.985.237/00001-58
Demonstrações do resultado individuais e consolidados
Dos exercícios findos em 31 de dezembro 2023 e 2022
(Em milhares de Reais)

	Nota Explicativa	Controladora		Consolidado	
		2023	2022	2023	2022
Receita líquida de vendas	14	-	-	111.407	109.997
(-) Custo dos produtos vendidos	15	-	-	(59.996)	(60.856)
(=) Lucro bruto		-	-	51.411	49.141
(+/-) (Despesas)/receitas operacionais					
Despesas administrativas e gerais	15	(74)	(176)	(7.880)	(12.014)
Resultado de equivalência patrimonial	6	19.516	7.326	-	-
Outras receitas/(despesas) líquidas	15	-	(4)	(35)	(1.352)
(=) Lucro operacional antes do resultado financeiro		19.442	7.146	43.496	35.775
Receitas financeiras	16	3	1	6.066	4.299
Despesas financeiras	16	(1)	(4)	(24.611)	(28.113)
(=) Resultado financeiro líquido		2	(3)	(18.546)	(23.813)
(=) Lucro antes do Imposto de Renda e Contribuição Social		19.444	7.413	24.950	11.962
(-) Imposto de Renda e Contribuição Social - corrente	17	(1)	-	(5.507)	(4.819)
(=) Lucro líquido do exercício		19.443	7.143	19.443	7.143
Lucro líquido por ação		0,064	0,023	0,064	0,023

As notas explicativas da Administração são partes integrantes das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

VENTOS FORTES GERADORA EÓLICAS.A.
CNPJ: 12.985.237/00001-58
Demonstrações do resultado abrangente individuais e consolidados
Dos exercícios findos em 31 de dezembro 2023 e 2022
(Em milhares de Reais)

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
(=) Lucro líquido do exercício	19.443	7.143	19.443	7.143
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-
Total do resultado abrangente do exercício	<u>19.443</u>	<u>7.143</u>	<u>19.443</u>	<u>7.143</u>

As notas explicativas da Administração são partes integrantes das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

VENTOS FORTES GERADORA EÓLICAS.A.
CNPJ: 12.985.237/00001-58
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido individual e consolidado
Dos exercícios findos em 31 de dezembro 2023 e 2022
(Em milhares de Reais)

	Nota Explicativa	Capital social	Reservas		(Prejuízos) / Lucros acumulados	Total
			Legal	Lucros		
Saldos em 31 de dezembro de 2021		288.383	483	6.767	-	295.633
Lucro líquido do exercício		-	-	-	7.143	7.143
Reserva legal	13.b	-	357	-	(357)	-
Dividendos propostos	13.c	-	-	-	(1.696)	(1.696)
Reserva de retenção de lucros	13.d	-	-	5.090	(5.090)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2022		288.383	840	11.857	-	301.080
Lucro líquido do exercício		-	-	-	19.443	19.443
Reserva legal	13.b	-	973	-	(973)	-
Dividendos propostos	13.c	-	-	-	(4.618)	(4.618)
Dividendos adicional	13.c	-	-	(3.169)	-	(3.169)
Reserva de retenção de lucros	13.d	-	-	13.853	(13.853)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2023		288.383	1.813	22.540	-	312.736

As notas explicativas da Administração são partes integrantes das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

VENTOS FORTES GERADORA EÓLICAS.A.
CNPJ: 12.985.237/00001-58
Demonstrações dos fluxos de caixa individuais e consolidados
Dos exercícios findos em 31 de dezembro 2023 e 2022
(Em milhares de Reais)

	Nota Explicativa	Controladora		Consolidado	
		2023	2022	2023	2022
(=) Lucro líquido do exercício		19.443	7.143	19.443	7.143
Itens que não afetam o caixa operacional					
(-) Resultado de equivalência patrimonial	6	(19.516)	(7.326)	-	-
(+) Depreciação e amortização	7	-	-	24.641	24.559
(+) Custo residual do ativo imobilizado		-	5	(14)	1.783
(+) Juros e variações monetárias		-	-	24.491	30.486
		<u>(73)</u>	<u>(178)</u>	<u>68.561</u>	<u>63.971</u>
Aumento líquido/(Redução) nos ativos					
Aplicação financeira		(232)	(10)	(13.535)	(4.627)
Contas a receber		(1.210)	-	(1.221)	49
Estoques		-	-	(6)	220
Impostos a recuperar		-	-	(5)	278
Despesas antecipadas		-	69	(621)	4.281
Depósitos judiciais		-	-	-	-
Outras contas a receber		-	-	(10)	1.228
Aumento líquido/(redução) nos passivos					
Fornecedores		592	(92)	1.089	(4.451)
Obrigações tributárias		-	-	77	(379)
Outras contas a pagar		-	-	(445)	(1.680)
Caixa líquido (aplicado)/proveniente das atividades operacionais		<u>(923)</u>	<u>(211)</u>	<u>53.884</u>	<u>58.890</u>
Fluxos de caixa das atividades de investimentos					
Aquisição de imobilizado		-	-	-	(1.056)
Dividendos recebidos	11	4.436	9.777	-	-
Partes relacionadas	11	5.770	14.508	-	-
Caixa líquido (aplicado)/proveniente das atividades de investimentos		<u>10.206</u>	<u>24.285</u>	<u>-</u>	<u>(1.056)</u>
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos					
Partes relacionadas	11	(2.000)	(24.162)	(2.000)	(9.779)
Dividendos pagos	11	(7.282)	-	(7.282)	-
Pagamentos de empréstimos e financiamentos	10	-	-	(20.198)	(18.498)
Juros pagos por empréstimos e financiamentos	10	-	-	(21.598)	(27.382)
Arrendamentos pagos		-	-	(2.535)	(2.403)
Caixa Líquido (aplicado)/proveniente das atividades de financiamentos		<u>(9.282)</u>	<u>(24.162)</u>	<u>(53.613)</u>	<u>(58.062)</u>
Aumento líquido/(redução) de caixa e equivalentes de caixa		<u>1</u>	<u>(88)</u>	<u>271</u>	<u>(228)</u>
Demonstração do aumento líquido/(redução) de caixa e equivalentes de caixa					
No início do exercício		2	90	715	943
No fim do exercício		3	2	987	715
Aumento líquido/(redução) de caixa e equivalentes de caixa		<u>1</u>	<u>(88)</u>	<u>271</u>	<u>(228)</u>

As notas explicativas da Administração são partes integrantes das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Ventos Fortes Geradora Eólica S.A. (“Companhia”), atualmente com a sede no município de Pedra Grande, Estado do Rio Grande do Norte, na Fazenda Boca de Campo, S/N, Zona Rural, sociedade de ações de capital fechado, foi constituída em 29 de outubro de 2010.

A Companhia tem por objeto social a prestação de serviços em negócios de energia elétrica e apoio técnico, operacional, administrativo e financeiro, especialmente a sociedades controladas e coligadas; participação no capital social de outras sociedades que exerçam atividades de geração e comercialização de energia eólica, atuando como investidora em suas controladas.

As controladas da Companhia têm por objeto social a geração de energia elétrica através da fonte eólica, incluindo o desenvolvimento de estudos de viabilidade, implantação, montagem e administração de projetos de geração de energia eólica e a comercialização da energia elétrica gerada, um complexo de cinco parques localizados nos municípios de Pedra Grande e São Miguel do Gostoso, no Rio Grande do Norte, com um total de 71 aerogeradores, com sua potência instalada de 130MW.

2. BASE DE PREPARAÇÃO

2.1. Declaração de conformidade

As Demonstrações Financeiras Individuais e consolidadas foram elaboradas e preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil que compreendem: a legislação societária, os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”).

A administração declara que todas as informações relevantes próprias das Demonstrações Financeiras individuais e consolidadas, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela Administração na sua gestão.

Em 29 de fevereiro de 2024, a Diretoria Executiva da Companhia autorizou a emissão das Demonstrações Financeiras Individuais e consolidadas referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023. Demonstrações Financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas e preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

2.2. Bases de mensuração

As Demonstrações Financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas com base no custo histórico com exceção dos instrumentos financeiros não derivativos mensurados pelo valor justo por meio do resultado.

2.3. Uso de estimativa e julgamentos

A preparação das Demonstrações Financeiras individuais e consolidadas, de acordo com as normas do CPC, exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua, utilizando como referência a experiência histórica e alterações relevantes de cenário que possam afetar a situação patrimonial e o resultado da Companhia nos itens aplicáveis. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

As principais estimativas relacionadas às Demonstrações Financeiras Individuais E Consolidadas referem-se ao registro dos efeitos decorrentes de:

- Nota 7 - Determinação de vidas úteis do ativo imobilizado;
- Nota 5 - Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa;
- Nota 18 - Taxas e prazos aplicados na determinação do ajuste a valor presente de certos ativos e passivos;
- Nota 8 - Provisões para desmobilização;
- Nota 12 - Provisão para demandas judiciais.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes dos registrados nas Demonstrações Financeiras Individuais E Consolidadas devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Companhia revisa suas estimativas pelo menos anualmente.

3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

3.1. Moeda funcional e moeda de apresentação

Essas Demonstrações Financeiras Individuais E Consolidadas individuais e consolidadas são apresentadas em Reais (R\$), sendo a moeda funcional e de apresentação da Companhia e de suas controladas. Todas as informações financeiras estão apresentadas em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma.

3.2. Caixa e equivalente de caixa e aplicações financeiras

Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e aplicações financeiras com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação, de alta liquidez, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa, e que estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor. Caixa e equivalentes de caixa são registrados pelo valor justo por meio de resultado.

3.3. Aplicação financeira

A classificação das aplicações financeiras depende do propósito para o qual o investimento foi adquirido e estão ajustadas a valor justo, de acordo com a categoria. Quando aplicável, os custos diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo financeiro são adicionados ao montante originalmente reconhecido.

3.4. Contas a receber de clientes

As contas a receber de clientes são registradas inicialmente pelo valor da energia fornecida e faturada, subsequente, mensuradas pelo custo amortizado registrada com base no regime de competência. São registradas ao valor justo e classificadas como empréstimos e recebíveis, pois apresentam pagamentos fixos e determináveis não cotadas em mercado ativo, para qual não há impactos de juros, pelo fato das contas a receber e ser liquidado normalmente em um prazo inferior a 90 dias, os valores representam substancialmente o valor presente na data do balanço.

3.5. Instrumentos financeiros

3.5.1. Ativos financeiros não derivativos

A Companhia e suas controladas reconhecem os financiamentos e recebíveis inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros, incluindo os ativos designados pelo valor justo por meio do resultado, são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Companhia e suas controladas se tornam uma das partes das disposições contratuais do instrumento. A Companhia e suas controladas não reconhecem um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia e suas controladas transferem os direitos ao reconhecimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo são transferidos. Eventual participação que seja criada ou retida pela Companhia e suas controladas nos ativos financeiros é reconhecida como um ativo ou passivo individual.

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial somente quando a Companhia e suas controladas tem o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

3.5.2. Passivos financeiros não derivativos

A Companhia e suas controladas reconhecem os passivos inicialmente na data de negociação na qual a Companhia e suas controladas se tornam uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Companhia e suas controladas baixam um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou vencidas.

A Companhia e suas controladas têm os seguintes passivos financeiros não derivativos: financiamentos e fornecedores. Tais passivos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer outros custos de transação atribuíveis. Depois do reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado por meio do método dos juros efetivos.

3.5.3. Instrumentos financeiros derivativos

Os instrumentos financeiros estão classificados em: empréstimos e recebíveis (caixa e equivalente de caixa), valor justo por meio do resultado (aplicações financeiras) e custo amortizado (fornecedores, financiamentos e partes relacionadas).

Os valores contábeis dos instrumentos categorizados como empréstimos e recebíveis e custo amortizado se aproximam do valor justo.

3.6. Investimento

Os investimentos em controladas e coligadas com participação no capital votante superior a 20% ou com influência significativa; e, em demais sociedades que fazem parte de um mesmo grupo ou que estejam sob controle comum são avaliadas por equivalência patrimonial.

Outros investimentos que não se enquadrem na categoria acima são avaliados pelo custo de aquisição, deduzido de provisão para desvalorização, quando aplicável.

3.7. Imobilizado e intangível

Os ativos imobilizados são avaliados pelo custo atribuído, deduzidos de depreciação acumulada e perda por redução ao valor recuperável, quando aplicável. São registrados como parte dos custos das imobilizações em andamento, no caso de ativos qualificáveis, os custos de empréstimos capitalizados. Tais imobilizações são classificadas nas categorias adequadas do imobilizado quando concluídas e prontas para o uso pretendido. A depreciação desses ativos inicia-se quando eles estão prontos para o uso na mesma base dos outros ativos imobilizados. Custos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos serão auferidos pela Companhia. A Companhia utiliza o método de depreciação linear definida com base na avaliação da vida útil estimada de cada ativo, com base na expectativa de geração de benefícios econômicos futuros, exceto para terras, as quais não são depreciadas. A avaliação da vida útil estimada dos ativos é revisada anualmente e ajustada conforme a avaliação.

Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado. Os ativos intangíveis da Companhia são formados por licenças de softwares e marcas.

3.8. Fornecedores

Contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios e são classificadas como passivo circulantes se a obrigação devida tiver vencimento inferior ao prazo de doze meses da data do balanço. Os valores são registrados inicialmente pelo custo histórico, que se aproxima substancialmente de seu valor justo.

3.9. Empréstimos, financiamentos e debêntures

São registrados pelas controladas pelos valores originais de captação, deduzidos dos respectivos custos de transação quando existentes, atualizados monetariamente pelos indexadores pactuados contratualmente com os credores, acrescidos de juros calculados pela taxa de juros efetiva e atualizados pela variação cambial quando aplicável, até as datas dos balanços, conforme descrito em notas explicativas.

3.10. Arrendamento mercantil

3.10.1. Definição de arrendamento

De acordo com o CPC 06 (R2)/IFRS 16, um contrato é ou contém um arrendamento se transfere o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca de contraprestação.

3.10.2. Como arrendatário

As controladas arrendam imóveis, equipamentos de produção e equipamentos de TI. Como arrendatário, de acordo com o CPC 06 (R2)/IFRS 16, a controladas reconhece os ativos de direito de uso e os passivos de arrendamento para a maioria dos arrendamentos, ou seja, esses arrendamentos são registrados no balanço patrimonial.

No entanto, a Companhia optou por não reconhecer os ativos de direito de uso e os passivos de arrendamento para alguns arrendamentos de ativos de baixo valor (por exemplo, equipamentos de TI). As controladas reconhecem os pagamentos associados a esses arrendamentos como despesa pelo método linear ao longo do prazo do arrendamento.

As controladas reconhecem um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento na data de início do arrendamento. O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente ao custo, que compreende o valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento, ajustado para quaisquer pagamentos de arrendamento efetuados até a data de início, mais quaisquer custos diretos iniciais incorridos pelo arrendatário e uma estimativa dos custos a serem incorridos pelo arrendatário na desmontagem e remoção do ativo subjacente, restaurando o local em que está localizado ou restaurando o ativo subjacente à condição requerida pelos termos e condições do arrendamento, menos quaisquer incentivos de arrendamentos recebidos.

O ativo de direito de uso é subsequentemente depreciado pelo método linear desde a data de início até o final do prazo do arrendamento, a menos que o arrendamento transfira a propriedade do ativo subjacente ao arrendatário ao fim do prazo do arrendamento, ou se o custo do ativo de direito de uso refletir que o arrendatário exercerá a opção de compra. Nesse caso, o ativo de direito de uso será depreciado durante a vida útil do ativo subjacente, que é determinada na mesma base que a do ativo imobilizado. Além disso, o ativo de direito de uso é periodicamente reduzido por perdas por redução ao valor recuperável, se houver, e ajustado para determinadas remensurações do passivo de arrendamento.

O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente ao valor presente dos pagamentos do arrendamento que não são efetuados na data de início, descontados pela taxa de empréstimo incremental da controlada.

Os pagamentos de arrendamento incluídos na mensuração do passivo de arrendamento compreendem o seguinte: (i) pagamentos fixos, incluindo pagamentos fixos na essência; (ii) pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de índice ou taxa, sobre o faturamento bruto, conforme estipulado em contrato.

O passivo de arrendamento é mensurado pelo custo amortizado, utilizando o método dos juros efetivos. É remensurado quando há uma alteração nos pagamentos futuros de arrendamento resultante de alteração em índice ou taxa, se houver alteração nos valores que se espera que sejam pagos de acordo com a garantia de valor residual, se a controlada alterar sua avaliação se exercerá uma opção de compra, extensão ou rescisão ou se há um pagamento de arrendamento revisado fixo em essência. Quando o passivo de arrendamento é remensurado dessa maneira, é efetuado um ajuste correspondente ao valor contábil do ativo de direito de uso ou é registrado no resultado se o valor contábil do ativo de direito de uso tiver sido reduzido a zero.

A Administração reconheceu ativos de direito de uso e passivos de arrendamento conforme apresentado na nota explicativa nº 9.

3.11. Provisões

Uma provisão é reconhecida no balanço quando a Companhia e suas controladas possuem uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, e for mais provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

As provisões para demandas judiciais são reconhecidas contabilmente sempre que a perda for avaliada como provável o que ocasiona uma provável saída de recursos financeiros necessários à liquidação das obrigações e, também, quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança, levando-se em conta a posição dos assessores jurídicos da Companhia e suas controladas. Essas provisões são atualizadas periodicamente.

3.12. Imposto de Renda e Contribuição Social

São calculados com base nas alíquotas de 15% para imposto de renda, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente anual de R\$240 e 9% para contribuição social.

A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço. Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

3.13. Outros passivos circulantes e não circulantes

São demonstrados pelo valor justo, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias incorridas.

3.14. Capital social

Ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal são classificadas como patrimônio líquido. Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações e opções de ações são reconhecidos como dedução do patrimônio líquido, líquido de quaisquer efeitos tributários.

3.15. Apuração do resultado

A receita operacional é reconhecida quando: (i) os riscos e benefícios mais significativos forem transferidos para o comprador, (ii) for provável que benefícios econômico-financeiros fluirão para a Companhia e suas controladas, (iii) os custos associados puderem ser estimados de maneira confiável; e (iv) o valor da receita possa ser mensurado de maneira confiável. A receita é medida líquida de descontos, impostos e encargos sobre vendas.

A receita de operações com energia elétrica é reconhecida no resultado em função da sua entrega efetiva através do registro na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE) respeitando o regime de competência.

O faturamento de energia elétrica para todos os consumidores e demais agentes da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica é efetuado mensalmente.

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de energia no curso normal das atividades da Companhia e de suas controladas.

3.15.1. Receitas e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem receitas de juros auferidos em aplicações financeiras e ganhos em instrumentos financeiros, quando aplicável.

As despesas financeiras abrangem despesas com juros, tarifas bancárias e comissões de fiança.

3.15.2. Custo do serviço de energia elétrica

Os custos do serviço de energia elétrica são reconhecidos e mensurados: (i) em conformidade com o regime de competência, apresentados líquidos dos respectivos créditos de impostos, quando aplicável; e (ii) com base na associação direta da receita.

3.16. Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2023.

3.16.1. Alteração na norma IFRS 17/CPC 50 Contratos de Seguros;

A IFRS 17 foi emitida pelo IASB em 2017 e substitui a IFRS 4 para o período de relatório iniciado em ou após 1º de janeiro de 2023.

A IFRS 17 introduz uma abordagem internacionalmente consistente para a contabilização de contratos de seguro. Antes da IFRS 17, existia uma diversidade significativa em todo o mundo em relação à contabilização e divulgação de contratos de seguros.

Dado que a IFRS 17 se aplica a todos os contratos de seguro emitidos por uma entidade (com exclusões de âmbito limitado), a sua adoção pode ter um efeito em não seguradoras, como a Companhia. A Companhia efetuou uma avaliação dos seus contratos e operações e concluiu que a adoção da IFRS 17 não teve qualquer efeito nas suas demonstrações contábeis anuais consolidadas.

3.16.2. Alteração na norma IAS 1/CPC 26 Apresentação das Demonstrações Contábeis;

Em fevereiro de 2021, o IASB emitiu alterações à IAS 1, que visam tornar as divulgações de políticas contábeis mais informativas, substituindo o requisito de divulgar “práticas contábeis significativas” por “informações relevantes sobre políticas contabilísticas”. As alterações também fornecem orientação sobre as circunstâncias em que a informação sobre política contábil é suscetível de ser considerada material e, portanto, requerendo divulgação.

Estas alterações não têm efeito na mensuração ou apresentação de quaisquer itens nas demonstrações contábeis consolidadas da Companhia, mas afetam a divulgação de suas políticas contábeis.

3.16.3. Alteração na norma IAS 12/ CPC 32 Tributos sobre o Lucro;

- Imposto Diferido relacionado com Ativos e Passivos decorrentes de uma Única Transação:

Em maio de 2021, o IASB emitiu alterações à IAS 12, com esclarecimentos sobre a isenção de reconhecimento inicial para certas transações que resultam tanto num ativo como um passivo sendo reconhecido simultaneamente (por exemplo, um arrendamento no âmbito da IFRS 16). As alterações esclarecem que a isenção não se aplica ao reconhecimento inicial de um ativo ou passivo que, no momento da transação, gere diferenças temporárias tributáveis e dedutíveis iguais.

Estas alterações não tiveram efeito nas demonstrações contábeis anuais consolidadas da Companhia.

- Reforma Tributária Internacional – Regras do Modelo Pillar Two:

Em dezembro de 2021, a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (Organisation for Economic Co-operation and Development - OCDE) divulgou um projeto de quadro legislativo para um imposto mínimo global que deverá ser utilizado por jurisdições individuais. O objetivo do quadro é reduzir a transferência de lucros de uma jurisdição para outra, a fim de reduzir as obrigações fiscais globais nas estruturas empresariais. Em março de 2022, a OCDE divulgou orientações técnicas detalhadas sobre as regras do Pillar Two.

As partes interessadas levantaram preocupações junto do IASB sobre os potenciais implicações na contabilização do imposto sobre o rendimento, especialmente na contabilização de impostos diferidos, decorrentes das regras do modelo do Pillar Two.

O IASB emitiu as Emendas finais à Reforma Tributária Internacional – Regras do Modelo Pillar Two, em resposta às preocupações das partes interessadas em 23 de maio de 2023.

As alterações introduzem uma exceção obrigatória para as entidades do reconhecimento e divulgação de informações sobre ativos e passivos fiscais diferidos relacionados com as regras do modelo Pillar Two. A exceção entra em vigor imediata e retrospectivamente. As alterações também preveem requisitos de divulgação adicionais no que diz respeito à exposição de uma entidade ao imposto sobre o rendimento do Pillar Two.

A Administração determinou que a Companhia não está dentro do escopo das Pillar Two Model Rules da OCDE e da exceção ao reconhecimento e divulgação de informações sobre impostos diferidos.

3.16.4. Alteração na norma IAS 8/ CPC 23 Políticas Contábeis, Mudanças de Estimativas e Retificação de Erros;

As alterações à IAS 8, que adicionaram a definição de estimativas contábeis, esclarece que os efeitos de uma alteração numa informação ou técnica de mensuração são alterações nas estimativas contábeis, a menos que resultem da correção de erros de períodos anteriores. Estas alterações esclarecem a forma como as entidades fazem a distinção entre alterações nas estimativas contábeis, alterações na política contábil e erros de períodos anteriores.

Estas alterações não tiveram efeitos nas demonstrações contábeis consolidadas da Companhia.

3.17. Novas normas, revisões e interpretações emitidas que ainda não estraram em vigor em 31 de dezembro de 2023.

Para as seguintes normas ou alterações a administração ainda não determinou se haverá impactos significativos nas demonstrações contábeis da Companhia, a saber:

- Alterações na norma IFRS 16/CPC 06 (R2) - acrescentam exigências de mensuração subsequente para transações de venda e leaseback, que satisfazem as exigências da IFRS 15/CPC 47 - efetiva para períodos iniciados em ou após 01/01/2024;
- Alterações na norma IAS 1/CPC 26 - esclarece aspectos a serem considerados para a classificação de passivos como circulante e não-circulante - efetiva para períodos iniciados em ou após 01/01/2024;
- Alterações na norma IAS 1/CPC 26 – esclarece que apenas covenants a serem cumpridos em ou antes do final do período do relatório, afetam o direito da entidade de postergar a liquidação de um passivo por no mínimo 12 meses após a data do relatório - efetiva para períodos iniciados em ou após 01/01/2024;
- Alterações na IAS 7/CPC 03 (R2) e IFRS 7/CPC 40 (R1) – esclarece entidade deve divulgar os acordos de financiamento de fornecedores, com informações que permitem aos usuários das demonstrações contábeis avaliar os efeitos desses acordos sobre os passivos e fluxos de caixa da entidade - efetiva para períodos iniciados em ou após 01/01/2024;
- Alterações na IAS 21/CPC 02 (R2) - exigem a divulgação de informações que permitam aos utilizadores das demonstrações contábeis compreender o impacto de uma moeda não ser cambiável - efetiva para períodos iniciados em ou após 01/01/2025;

Atualmente, a Companhia está avaliando o impacto dessas novas normas e alterações contábeis. A Companhia avaliará o impacto das alterações finais à IAS 1 na classificação de seus passivos uma vez que as mesmas são emitidas pelo IASB. A Companhia não acredita que as alterações à IAS 1, na sua forma atual, terão um impacto significativo na classificação de seus passivos, uma vez que o recurso de conversão em seus instrumentos de dívida conversível é classificado como um instrumento patrimonial e, portanto, não afeta a classificação de sua dívida conversível como passivo não circulante.

3.17.1. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

As demonstrações Financeiras individuais e consolidadas abrangem as demonstrações financeiras da Ventos Fortes Geradora Eólica S.A. e de suas controladas, conforme detalhado a seguir:

Empresa	Tipo de controle	Participação acionária - %	
		2023	2022
Forte Cante de Baixo Geradora Eólica S.A.	Integral - Direto	100	100
SM Geração de Energia Eólica S.A.	Integral - Direto	100	100
Ventos de Santo Antônio Geradora Eólica S.A.	Integral – Direto	100	100
Ventos do Canto de Baixo Geradora Eólica S.A.	Integral – Direto	100	100
Ventos Parazinhenses Geradora Eólica S.A.	Integral – Direto	100	100

As práticas contábeis adotadas pelas empresas controladas são consistentes com as práticas adotadas pela Companhia. Nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram eliminados os investimentos nas empresas controladas, os resultados das equivalências patrimoniais, bem como os saldos das operações realizadas e lucros e/ou prejuízos não realizados entre as empresas. As informações contábeis das controladas utilizadas para consolidação têm a mesma data-base da controladora.

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Bancos conta movimento	3	2	987	715
Aplicações financeiras (a)	241	10	59.730	46.196
	<u>244</u>	<u>12</u>	<u>60.717</u>	<u>46.911</u>

- (a) As aplicações financeiras de curto prazo e que estão sujeitos a um baixo risco de mudança de valor, são remuneradas com base em cotas de fundo de investimento que tem como objetivo alcançar a variação média do Certificado Depósito Interbancário (CDI), que foi de 13,03% a.a. em 2023 (12,39% a.a. em 2022).

5. CONTAS A RECEBER

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Contas a receber (a)	1.210	-	12.153	10.932
Contas a receber – partes relacionadas (Nota 13)	-	-	-	-
	<u>1.210</u>	<u>-</u>	<u>12.153</u>	<u>10.932</u>

- (a) O “Contas a receber” das controladas refere-se a comercialização de energia eólica através da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE), tendo o seu vencimento em curto prazo com sua realização regularmente.

6. INVESTIMENTO

	Controladora	
	2023	2022
Saldo inicial	314.982	316.050
(+) Recebimentos de dividendos adicional (a)	(3.169)	(7.127)
(+/-) Resultado de equivalência patrimonial (c)	19.516	7.326
(-) Dividendos propostos (b)	(3.517)	(1.267)
(=) Total da Movimentação de Investimento	<u>327.812</u>	<u>314.982</u>
Dividendos recebidos		
Dividendos mínimo recebidos de exercícios (a)	1.267	2.650
Dividendos adicional recebidos do exercício (a)	3.169	7.127
Total de Investimento	<u>4.436</u>	<u>9.777</u>

- (a) Durante o exercício foram recebidos de suas controladoras como distribuição de lucro o montante correspondente de R\$4.436 mil, desse valor R\$3.169mil referem se a dividendos adicionais de 2023, e R\$1.267 mil de dividendo proposto em 2022 recebidos durante o exercício de 2023;
- (b) Dividendos proposto de conforme estatuto de suas controladas; e
- (c) Corresponde o resultado de equivalência patrimonial, sobre as participações societárias avaliadas e representadas conforme demonstrado a seguir:

Controladas	Patrimônio Líquido 2022	Dividendos Adicional	Equivalência Patrimonial	Participação no Capital	Dividendos Mínimo	2023
Ventos de Santo Antônio	65.676	(768)	2.074	100%	(493)	66.489
Ventos do Canto de Baixo	71.594	(1.416)	2.006	100%	(476)	71.708
Ventos Parazinhenses	37.295	-	5.265	100%	(1.047)	41.513
SM Geração de Energia	58.403	-	5.948	100%	(498)	63.853
Forte Canto de Baixo	82.014	(985)	4.223	100%	(1.003)	84.249
	<u>314.982</u>	<u>(3.169)</u>	<u>19.516</u>		<u>(3.517)</u>	<u>327.812</u>

7. IMOBILIZADO

	Consolidado	
	2023	2022
Aerogeradores	550.954	572.839
Instalações e benfeitorias	11.727	12.189
Equipamentos de informática	171	170
Máquinas e equipamentos	13.726	14.475
Móveis e utensílios	318	340
Imobilização em andamento	-	175
Direito de uso	20.896	20.997
	<u>597.792</u>	<u>621.185</u>

As suas controladas acompanham anualmente a vida útil dos ativos imobilizado e não identificou diferenças significativas durante o ano. A média ponderada das taxas de depreciação e amortização dos ativos que compõe cada grupo está demonstrada na tabela de movimentação:

Consolidado	Taxa de Depreciação a.a.	2021	Adições	2022	Adições	2023
Custo						
Aerogeradores	-	661.679	-	661.679	173	661.852
Instalações e benfeitorias	-	13.869	-	13.869	-	13.869
Equipamentos de informática		227	-	227	-	227
Máquinas e equipamentos	-	16.674	-	16.674	-	16.674
Móveis e utensílios	-	375	-	375	-	375
Imobilização de andamento		18	157	175	(175)	-
		<u>692.842</u>	<u>157</u>	<u>692.999</u>	<u>(2)</u>	<u>692.997</u>
Depreciação						
Aerogeradores	3,3	(66.784)	(22.055)	(88.840)	(22.059)	(110.898)
Instalações e benfeitorias	4 a 25	(1.218)	(462)	(1.680)	(462)	(2.142)
Equipamentos de informática	4 a 25	(49)	(8)	(57)	(8)	(56)
Máquinas e equipamentos	4 a 25	(1.452)	(748)	(2.199)	(749)	(2.948)
Móveis e utensílios		(24)	(11)	(35)	(13)	(57)
		<u>(69.527)</u>	<u>(23.284)</u>	<u>(92.811)</u>	<u>(23.291)</u>	<u>(116.101)</u>
Direito de uso						
Contratos de arrendamento		26.024	(1.461)	24.563	1.657	25.807
(-) Amortização		(3.032)	(534)	(3.566)	(1.226)	(4.911)
		<u>22.992</u>	<u>(1.995)</u>	<u>20.997</u>	<u>431</u>	<u>20.896</u>
		<u>646.307</u>	<u>(25.122)</u>	<u>621.185</u>	<u>(22.862)</u>	<u>597.792</u>

8. ATIVO DE DIREITO DE USO E PASSIVO DE ARRENDAMENTO

A Companhia e suas controladas possui contratos de arrendamentos de terras aderentes aos critérios de reconhecimento e mensuração estabelecidos na norma CPC 06, sendo relacionado a operações dos parques eólicos.

A depreciação é calculada pelo método linear de acordo com o prazo remanescente dos contratos. Os contratos de arrendamento possuem passivos de arrendamento conforme demonstrado a seguir:

Ativo	Consolidado	
	2023	2022
Direito de uso do ativo arrendado	25.807	24.563
Amortização do período	(4.911)	(3.566)
Saldo contábil líquido	<u>20.896</u>	<u>20.997</u>

	Consolidado	
	2023	2022
Passivo		
Arrendamento a pagar	2.535	2.412
(-) Juros a apropriar	(1.703)	(1.200)
	832	1.212
Arrendamento a pagar	37.061	37.529
(-) Juros a apropriar	(14.633)	(15.958)
Provisão de Desmobilização (a)	3.212	2.898
	25.640	24.469
Saldo contábil líquido	26.472	25.681

Passivo total

Para determinação do valor justo de arrendamento, foi aplicada uma taxa de desconto, calculada com base do WACC da Companhia de 7,7% a.a, considerando-se o prazo de vigência do contrato de arrendamento de suas controladas.

(a) A Companhia possui contrato de arrendamento de terreno, que contém obrigação de retirada dos aerogeradores ao final do prazo do contrato. Assim, em atendimento ao CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes, devem constituir a provisão de desmobilização de ativos, para fazer face às responsabilidades relativas às despesas com a reposição dos locais e terrenos em seu estado original. Adicionalmente, na mensuração inicial, deve-se considerar os custos de desmontagem e remoção do item e restauração do terreno no qual este está instalado, em aderência ao CPC 27.

É esperado que, após o encerramento do contrato, seja efetuada a desmobilização dos ativos instalados no terreno arrendado, data na qual espera-se que sejam efetuados os desembolsos dos valores provisionados. Considerada a incerteza dos valores de desembolsos futuros, decorrente de potenciais variações nos custos estimados para executar a desmobilização, a Companhia efetuou o registro da provisão pela melhor estimativa atual, de acordo com as determinações do CPC 25.

Os juros sobre arrendamentos são reconhecidos como despesa financeira e apropriados de acordo com o prazo remanescentes dos contratos.

Os pagamentos do longo prazo, considerando seus fluxos de caixa futuros descontados, estão distribuídos:

Vencimento no longo prazo	2023
2025	832
2026	832
2027	832
2028	832
2029 em diante	19.100
	22.428

Os impactos na demonstração de resultado de acordo com a norma CPC 06(R2) / IFRS 16, foram que as contraprestações de arrendamento que anteriormente eram registradas como despesas de arrendamento passaram a ser reconhecidas nas linhas de depreciação/amortização e despesas financeiras. Muito embora o novo pronunciamento não tenha trazido nenhuma alteração no montante total que será levado ao resultado ao longo da vida útil dos contratos.

9. FORNECEDORES

Correspondem às obrigações da Companhia e suas controladas junto aos fornecedores conforme a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Fornecedores	608	16	2.505	1.415
	608	16	2.505	1.415

O saldo de fornecedores da Companhia refere-se à compra de energia eólica e contratação de seguros. Os títulos têm vencimento em curto prazo e são regularmente liquidados. As partes relacionadas são compostas por operações com suas controladas e coligadas.

10. FINANCIAMENTOS E DEBENTURES

Correspondem às obrigações da Companhia junto as instituições financeiras conforme a seguir:

Abertura do Saldo Contábil	Consolidado	
	2023	2022
Financiamento BNB	281.168	300.565
Saldo contábil	281.168	300.565
Circulante	29.636	28.219
Não Circulante	251.533	272.346

Movimentação Consolidado				
Saldo em 2022	Captação	Juros do exercício	Pagamento Principal + Juros	Saldo em 2023
300.565	-	22.399	(41.796)	281.168

As Controladas firmaram o contrato de financiamento junto à instituição financeira Banco do Nordeste do Brasil S.A. (BNB) em dezembro de 2018, perfazendo um total de R\$402.800mil, na data de emissão. Os encargos incidentem a dívida corresponde a Taxa de Juros dos Fundos Constitucionais (TFC) apurada mensalmente, "pro rata die", com o vencimento final em 15 de janeiro de 2.035.

Os recursos obtidos foram usados para construção dos parques eólico e as instalações das Controladas junto ao BNB, para recomposição do caixa e execução de investimentos para consecução de seu objeto social no curso normal de seus negócios, reforçando sua estrutura de capital.

O contrato está garantido pela fiança bancária do BNB tendo a garantia de 100% do saldo devedor acrescidos de seus encargos. O contrato contém cláusulas restritas que requerem a manutenção de índices financeiros (covenant) anual em que o índice de Cobertura de Serviço da Dívida (ICSD deve ser maior ou igual 1,3, onde (Saldo inicial de caixa + Geração de caixa da atividade) / (Soma dos pagamentos do principal + juros em 12 meses), com parâmetros preestabelecidos com base nas DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS das Controladas, conforme demonstrado a seguir:

	2023			2022		
	Ventos Santo Antônio	Forte Canto de Baixo	Ventos do Canto de Baixo	Ventos Santo Antônio	Forte Canto de Baixo	Ventos do Canto de Baixo
Saldo de Caixa	5.261	5.476	5.638	3.650	9.558	4.961
(=) EBITDA	9.959	14.287	10.413	9.433	15.204	10.849
(-) Provisão de imposto de renda e Contribuição Social	(957)	(1.249)	(1.001)	(844)	(1.132)	(930)
(-) Investimentos realizados	(214)	(84)	(238)	(653)	(776)	(182)
(-) Distribuição de capital	(493)	(1.003)	(476)	(313)	(481)	(472)
(+/-) Aportes e resgates contas reservas do SD e O&M	-	-	-	-	-	-
Geração de caixa da atividade	8.296	11.950	8.698	7.623	12.815	9.265
Serviço da dívida	6.271	10.063	6.890	6.926	10.002	7.536
Índice de cobertura do serviço da dívida	2,16	1,73	2,08	1,63	2,24	1,89

11. PARTES RELACIONADAS

Descrição	Mútuo/ contas a Receber (ativo não circulante)		Mútuo/ contas a pagar (passivo não circulante)			
	Controladora (a)		Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022	2023	2022
Ventos Parazinhenses	18.873	20.972	-	-	-	-
SM Geração de Energia	9.240	12.910	-	-	-	-
Serveng Energia Renováveis	-	-	42.934	44.934	42.934	44.934
	28.112	33.882	42.934	44.934	42.934	44.934

(a) Os saldos correspondem a valores a receber referente a mútuo com suas controladas;

Descrição	Dividendos a receber (ativo circulante)		Dividendos a pagar (passivo circulante)			
	Controladora		Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022	2023	2022
Ventos de Santo Antônio	493	313	-	-	-	-
Ventos do Canto de Baixo	476	472	-	-	-	-
Forte Canto de Baixo	1.003	482	-	-	-	-
Ventos Parazinhenses	1.047	-	-	-	-	-
SM Geração de Energia	498	-	-	-	-	-
Serveng Energia Renováveis	-	-	4.618	4.113	4.618	4.113
	3.517	1.267	4.618	4.113	4.618	4.113

Remuneração do pessoal-chave da Administração

Não houve remuneração à Administração durante os períodos findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022.

12. PROVISÃO

As provisões para ações judiciais (trabalhista, civil e tributária), quando aplicável, são reconhecidas quando: (i) a Companhia tem uma obrigação presente ou não formalizada (constructive obligation) como resultado de eventos já ocorridos; (ii) é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e (iii) o valor puder ser estimado com segurança. As provisões não incluem as perdas operacionais futuras.

13. PATRIMONIO LÍQUIDO

(a) Capital Social

O capital social integralizado de R\$288.383 mil em 31 de dezembro de 2023, está representado por 304.320 mil ações ordinárias, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal.

(b) Reserva Legal

A reserva legal é calculada com base em 5% do lucro líquido conforme previsto na legislação vigente, limitada a 20% do capital social após a dedução dos incentivos fiscais, previsto em estatuto, perfazendo o montante de R\$840mil em 31 de dezembro de 2023 (R\$483mil em 31 de dezembro de 2022).

	2023	2022
Saldo inicial	840	483
Constituição da reserva legal do exercício (5%)	973	357
	<u>1.813</u>	<u>840</u>

(c) Dividendos mínimo

De acordo com o previsto no Estatuto Social da Companhia, o dividendo s mínimo obrigatório é de 25% do lucro líquido, ajustado nos termos da legislação societária, conforme:

	2023	2022
Lucro líquido do exercício	19.443	7.143
Absorção do prejuízo	-	-
Constituição da reserva legal (5%)	(973)	(357)
Base de Cálculo dos dividendos	<u>18.470</u>	<u>6.786</u>
Dividendos mínimos obrigatórios (25%)	<u>(4.618)</u>	<u>(1.696)</u>
	<u>13.853</u>	<u>5.090</u>

(d) Reserva Lucros

O saldo do lucro que não tenha destinação compulsória a outras reservas e que não seja destinado ao pagamento de dividendos é destinado a esta reserva de lucros. Em 31 de dezembro de 2023 o saldo é de R\$22.540 (R\$11.857 em 2022).

14. RECEITA LIQUIDA

Receita líquida da Companhia está apresentada conforme segue:

Consolidado

	2023	2022
Receitas		
Venda de energia mercado livre	84.601	79.970
Venda de energia mercado CP	157	5.120
Venda de energia mercado regulado	30.558	28.768
Venda de energia elétrica múltiplo	312	320
	<u>115.628</u>	<u>114.177</u>
Impostos sobre faturamento		
ICMS sobre faturamento	-	-
PIS sobre faturamento	(759)	(749)
COFINS sobre faturamento	(3.462)	(3.431)
	<u>(4.221)</u>	<u>(4.180)</u>
Receita líquida	<u>111.407</u>	<u>109.997</u>

As receitas das controladas são reconhecidas por competência, pela comercialização das suas controladas. Todas as transações de venda geram recebíveis que estão descritos na nota explicativa nº 5. Não há outros ativos ou passivos de contrato reconhecidos.

15. CUSTOS E DESPESAS POR NATUREZA

A Companhia apresenta a demonstração do resultado utilizando uma classificação dos custos e despesas baseada na sua função. As informações dos custos e despesas por natureza são apresentadas a seguir:

15.1. Custos de operação e outras receitas/despesas operacionais

Classificação por função	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Custo dos produtos vendidos	-	-	(59.996)	(60.856)
Despesas administrativas e gerais	(74)	(176)	(7.880)	(12.014)
Resultado de equivalência patrimonial	19.516	7.326	-	-
Outras receitas (despesas) líquidas	-	(4)	(35)	(1.352)
	<u>19.442</u>	<u>7.146</u>	<u>(67.911)</u>	<u>(74.222)</u>

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Custo de energia	-	-	(8.987)	(13.239)
Encargos de uso do sistema de transmissão	-	-	(7.201)	(483)
Despesas com pessoal	-	-	(4.521)	(5.965)
Material	-	-	(960)	(1.128)
Serviços de terceiros	(41)	(78)	(16.634)	(18.137)
Depreciação e amortização (i)	-	-	(24.462)	(24.559)
Seguros	-	(71)	(2.837)	(7.495)
Tributos e taxas	(9)	(12)	(972)	(318)
Aluguel	-	(12)	(24)	(318)
Outras (despesas)/receitas operacionais	19.492	7.307	(1.133)	(2.898)
	<u>19.442</u>	<u>7.146</u>	<u>(67.911)</u>	<u>(74.222)</u>

16. RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS, LIQUIDAS

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Receitas financeiras				
Rendimentos sobre aplicações financeiras	3	1	6.053	4.298
Outras	-	-	13	1
	<u>3</u>	<u>1</u>	<u>6.066</u>	<u>4.299</u>
Despesas financeiras				
Juros sobre empréstimos	-	-	(22.402)	(25.893)
Juros sobre arrendamento	-	-	(1.778)	(2.107)
Despesas bancárias	(1)	(1)	(34)	(44)
Outras Despesas	-	(3)	(397)	(69)
	<u>(1)</u>	<u>(4)</u>	<u>(24.611)</u>	<u>(28.113)</u>
Total	<u>2</u>	<u>(3)</u>	<u>(18.546)</u>	<u>(23.813)</u>

17. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL – CORRENTE

Reconciliação do imposto de e contribuição social

	Consolidado	
	2023	2022
Imposto de Renda		
Receita bruta	119.954	169.850
Alíquota	8%	8%
	<u>9.596</u>	<u>13.588</u>
Outras receitas, inclusive financeiras.	6.066	4.299
Base de cálculo	<u>15.661</u>	<u>17.877</u>
Alíquota vigente	15%	15%
Imposto apurado	(2.345)	(2.683)
Adicional federal de 10%	(1.315)	(1.765)
Imposto apurado	<u>(3.665)</u>	<u>(4.448)</u>
Contribuição social		
Receita bruta	119.954	169.850
Alíquota	12%	12%
	<u>14.394</u>	<u>20.382</u>
Outras receitas, inclusive financeiras.	6.066	4.299
Base de cálculo	<u>20.457</u>	<u>4.126</u>
Alíquota vigente	9%	9%
Imposto apurado	<u>(1.841)</u>	<u>(371)</u>
Total Imposto de Renda e da Contribuição Social	<u>(5.507)</u>	<u>(4.819)</u>
Alíquota de imposto efetiva		
Receita total	126.019	174.149
Imposto calculado (IR/CS)	<u>(5.507)</u>	<u>(4.819)</u>
	<u>4,37%</u>	<u>2,77%</u>

18. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

A Companhia e suas controladas apresentam exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros:

18.1. Risco de crédito

Risco de crédito é o risco de prejuízo financeiro da Companhia e suas controladas, caso um cliente ou contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais, que surgem principalmente dos recebíveis de clientes.

A exposição da Companhia e suas controladas ao risco de crédito é influenciada pelas características individuais de cada cliente. A Companhia e suas controladas não reconhecem uma provisão para créditos de liquidação duvidosa, uma vez que 100% da sua receita é com partes relacionadas.

18.2. Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco em que a Companhia e suas controladas irão encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia e suas controladas na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia e suas controladas.

A tabela a seguir demonstra em detalhes o vencimento dos passivos financeiros contratados:

Consolidado	Até 1 ano	Até 2 anos	+ 2 anos
Fornecedores	2.505	-	-
Financiamentos	29.636	59.272	221.896

18.3. Risco de mercado

Risco de taxas de juros e inflação: não existe risco de taxas de juros decorrente de parcelas de dívidas e aplicações financeiras, que podem afetar negativamente as receitas ou despesas financeiras caso ocorra um movimento desfavorável nas taxas de juros e inflação.

18.4. Risco operacional

Risco operacional é o risco de prejuízos diretos ou indiretos decorrentes de uma variedade de causas associadas a processos, pessoal, tecnologia e infraestrutura da Companhia e suas controladas e de fatores externos, exceto riscos de crédito, mercado e liquidez, como aqueles decorrentes de exigências legais e regulatórias e de padrões geralmente aceitos de comportamento empresarial. O objetivo da Companhia e suas controladas é administrar o risco operacional e risco na qualidade de serviços para evitar a ocorrência de prejuízos financeiros e danos à reputação da Companhia e suas controladas.

Em 31 de dezembro de 2023 a exposição máxima é de R\$72.870 mil no consolidado e R\$1.454mil na controladora (R\$57.843 mil no consolidado e R\$12 mil na controladora em 2022) referente ao caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras e contas a receber.

18.5. Gestão de capital

A política da Diretoria é manter uma sólida base de capital para manter a confiança do investidor, credor e mercado e manter o desenvolvimento futuro do negócio. A Diretoria monitora os retornos sobre capital, que a Companhia e suas controladas define como resultados de atividades operacionais divididos pelo patrimônio líquido total. A diretoria também monitora o nível de dividendos para seus sócios.

18.6. Análise dos instrumentos financeiros

É apresentada a seguir uma tabela de comparação por classe de valor contábil e do valor justo dos instrumentos financeiros da Companhia e suas controladas, apresentados nas demonstrações financeiras:

Consolidado	Valor contábil		Valor justo	
	2023	2022	2023	2022
Ativos financeiros				
Caixa e equivalentes de caixa	987	715	987	715
Aplicações financeiras	59.730	46.196	59.730	46.196
Contas a receber	12.153	10.932	12.153	10.932
Outras contas a receber	-	-	-	-
Total	72.870	57.843	72.870	57.843
Passivos financeiros				
Fornecedores	2.505	1.415	2.505	1.415
Financiamentos	281.168	300.565	281.168	300.565
Total	283.673	301.980	283.673	301.980

Os valores desses instrumentos reconhecidos no balanço patrimonial não diferem dos valores justos.

Contas a receber de clientes e fornecedores se aproximam de seu respectivo valor contábil em grande parte devido ao vencimento no curto prazo destes instrumentos.

18.7. Instrumentos financeiros por categoria

Consolidado	2023		
	Empréstimos e recebíveis	Valor custo justo por meio do resultado	Custo amortizado
Ativos financeiros			
Caixa e equivalentes de caixa	987	59.730	-
Contas a receber	12.153	-	-
Outras contas a receber	-	-	-
Total	13.140	59.730	-
Passivos financeiros			
Fornecedores	-	-	2.505
Financiamentos	-	-	281.168

Total	-	-	283.673
-------	---	---	---------

Consolidado	2022		
	Empréstimos e recebíveis	Valor custo justo por meio do resultado	Custo amortizado
Ativos financeiros			
Caixa e equivalentes de caixa	715	46.196	-
Contas a receber	10.932	-	-
Outras contas a receber	-	-	-
Total	11.647	46.196	-
Passivos financeiros			
Fornecedores	-	-	1.415
Financiamentos	-	-	300.565
Total	-	-	301.980

18.8. Hierarquia de valor justo

A tabela abaixo apresenta instrumentos financeiros registrados pelo valor justo, por níveis de hierarquia do valor justo, utilizando um método de avaliação.

Os diferentes níveis foram definidos como a seguir:

- Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos;
- Nível 2: inputs, exceto preços cotados, incluídas no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços);
- Nível 3: premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseados e dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

Os instrumentos financeiros não derivativos avaliados a valor justo são as aplicações financeiras que foram classificadas no Nível 2.

18.9. Análise da sensibilidade dos ativos e passivos financeiros

O principal risco atrelado às operações da Companhia e suas controladas está ligado a variação do CDI para aplicações financeiras e TJLP para os financiamentos.

As aplicações financeiras estão registradas a valor de mercado, conforme cotações divulgadas pelas respectivas instituições financeiras e os demais se referem, em sua maioria, a certificado de depósito bancário, portanto, o valor registrado desses títulos não apresenta diferença para o valor de mercado.

Com a finalidade de verificar a sensibilidade do indexador nas aplicações financeiras e financiamentos aos quais a Companhia e suas controladas estava exposta na data-base de 31 de dezembro de 2023, foram definidos 3 cenários diferentes.

Com base em projeções divulgadas por instituições financeiras, foi obtida para os próximos 12 meses

a média de 13,03% (12,39% em 2022) para o CDI e 6,55% (7,20% em 2021) para a TJLP, sendo estes definidos como cenário provável, e a partir deste, foram estimados com uma apreciação e desvalorização de 25% e 50%, respectivamente:

Operação	Exposição	Risco	Provável	Aumento		Redução	
				25%	50%	25%	50%
Aplicação financeira		CDI					
Receita financeira	6.066	13,03%	790	988	1.185	593	395
Financiamentos		TJLP					
(-) Despesa financeira	(24.611)	6,55%	(1.612)	(2.015)	(2.418)	(1.209)	(806)
Resultado financeiro			<u>(822)</u>	<u>(1.027)</u>	<u>(1.233)</u>	<u>(616)</u>	<u>(411)</u>

19. EVENTOS SUBSEQUENTES

Não houve eventos subsequente significativos que pudessem alterar as demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2023.

Thadeu Luciano Marcondes Penido
Diretor Presidente

Cleiton Lameira Falci
Contador CRC 1 SP 252875/O-1
Contador